



PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: O CASO DO PLANO DE AÇÃO PAGE (1959-1963).

BUZZAR, Miguel Antonio,
Professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAUUSP
mbuzzar@sc.usp.br

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa ARTAQBR (IAUUSP)
terecordido@hotmail.com

SIMONI, Lucia Noemia
Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil,
simoni.lucia@gmail.com

340

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a produção de **edifícios públicos** no Estado de São Paulo, elaborados durante o **Plano de Ação** do governo Carvalho Pinto- **PAGE** (1959-1963). Pretende-se além de analisar o que viabilizou a produção de equipamentos modernos, discutir como uma ação governamental, até hoje quase desconhecida, constituiu-se em um momento significativo da produção arquitetônica moderna no Estado de São Paulo. Isto, na medida em que os arquitetos envolvidos, em boa parte desta produção, eram comprometidos com a **arquitetura moderna**, como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, etc.

Palavras-chave: Edifícios públicos. Plano de Ação. Arquitetura moderna.

ABSTRACT

The work aims to analyze the production of public buildings in the State of São Paulo, developed during the Action Plan of the Government Carvalho Pinto- **PAGE** (1959-1963). It is intended also to analyze which enabled the production of modern equipment, discuss how government action almost unknown until today constituted a significant moment in the modern architectural production in the State of São Paulo. This, to the extent that the architects involved in much of this production, were committed to modern architecture, as Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Penteadó, etc.

Keywords: public buildings. Plan of Action. Modern architecture.



1. INTRODUÇÃO

Há casos de omissão na historiografia da arquitetura moderna brasileira. Há vários arquitetos desconhecidos, não lembrados, não reconhecidos. Essa omissão é sempre muito estranha, pois muitos edifícios, de autoria desconhecida, possuem uma visibilidade expressiva. O edifício sede do antigo Banco do Estado de São Paulo [BANESPA] durante décadas foi um dos cartões postais da cidade de São Paulo, após a privatização do Banco não conta com esse mesmo prestígio, mas está longe de ser um desconhecido. Entretanto, o autor do seu projeto poucos sabem quem é. O engenheiro arquiteto Plínio Botelho do Amaral foi o responsável pelo seu projeto inicial, mas coube à construtora Camargo & Mesquita executora da obra a configuração final, pois se pretendia, em uma operação não muito esclarecida, que o edifício resultasse semelhante ao *Empire State Building* de Nova Iorque. Essa obliteração do cartão postal de São Paulo talvez tenha uma explicação definida. Lúcio Costa buscando salientar os aspectos positivos da arquitetura que deu forma através do Ministério da Educação, a partir da colaboração de Le Corbusier, contrapunha sua linguagem ao modernismo avulso, sem uma concepção moderna clara, mas também ao estilo "Manhattan", das edificações como a que o BANESPA se serviria, que replicavam, ou buscavam replicar, tipos arquitetônicos sem nenhum pensamento crítico. Tal pensamento deveria perseguir e formular, ao mesmo tempo, a vinculação ao modernismo e a elaboração de uma linguagem nacional para ele, o que o estilo Manhattan não se propunha.

Mas não se trata apenas da omissão de arquitetos e obras "não modernos", ou de um modernismo que não comungasse com o ideário de Costa, ou de forma mais abrangente com o ideário difundido a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna [CIAM] e pelos reconhecidos mestres do modernismo - Wright, Gropius, Le Corbusier e Mies van der Rohe. Mesmo uma obra moderna como o Conjunto Nacional, também na cidade São Paulo, outro cartão Postal, é pouco reconhecida na historiografia, assim como seu autor recém falecido, o arquiteto David Libeskind, permanece muito pouco conhecido.

Certamente, as omissões não são casuais. As formulações de Costa deram vida a uma das vertentes modernas, mas estas ganharam através da historiografia a condição de única, ou verdadeira corrente da arquitetura moderna brasileira. As demais, ou passariam a ser vistas como pioneiras, ou sem contar com uma densidade de conceitos que pudessem conformar um



pensamento arquitetônico local. Isto é, no máximo conseguiram reproduzir os preceitos modernos, mas sem traduzi-los e pensa-los para a condição brasileira, não conseguindo integrar de forma legítima a cultura nacional.

Isto equivale dizer que ao longo da produção arquitetônica moderna instituiu-se uma forma historiográfica de se fazer sua leitura, que marcou o próprio entendimento da arquitetura moderna brasileira e o seu lugar na produção cultural. A esta forma Carlos Martins (Martins, 1987) denominou trama hegemônica. Tal trama, que se inicia com a arquitetura pensada e articulada por Lúcio Costa, elegeu esta produção, que se desenvolveria com Oscar Niemeyer à frente, como a verdadeira arquitetura moderna brasileira, secundarizando e marginalizando outras produções, mesmo anteriores, como a de Warchavchik. Pode-se dizer que esta historiografia, lançou as bases para uma narrativa da arquitetura brasileira, que se apresentou como uma das narrativas da cultura e da identidade nacional e da própria nação. Assim, a arquitetura moderna brasileira acabou por amalgamar-se ao projeto de construção da nação e todas as suas vertentes conheceriam o mesmo enquadramento, desde que não questionassem o projeto nacionalista, ainda que, abarcando diferenciações formais, ou no tratamento dos materiais.

Mais que uma historiografia e, também, mais que uma narrativa, o conjunto das operações, findou por conformar um sistema de arquitetura brasileira, com base na arquitetura moderna, que abrangeu as escolas e cursos de arquitetura, as instituições profissionais, o circuito de exposições e publicações e todas as atividades que de uma forma ou de outra, são sensíveis à arquitetura. Este sistema foi de tal forma hegemônico que, “naturalizou” a arquitetura moderna, tornando-a a única arquitetura legítima para o período, que se abre com as obras do Ministério da Educação e que teve em Brasília um dos seus momentos mais significativos.

2. UMA OMISSÃO IMPAR

De todas as omissões historiográficas, uma salta aos olhos. A da produção moderna realizada pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, entre 1959 e 1963. A quantidade de obras modernas produzidas, por si só, torna a omissão quase incompreensível, pois foram mais de 500 obras projetadas, concluídas ou iniciadas nesse período [algumas projetadas durante o PAGE e iniciadas e concluídas nos anos subsequentes], mas a cima de tudo o que mais intriga é



que várias obras são reconhecidas e os arquitetos, são fundamentais para a própria arquitetura moderna brasileira. Ou seja, o que é omitido, nesse caso, é o Plano de Ação e sua produção de conjunto, as obras e arquitetos são estudados, ao menos uma parte deles, mesmo que diminuta, mas a operação de conjunto que possibilitou as obras de serem construídas não é analisada.

A ausência do Plano, e do reconhecimento da arquitetura por ele produzida, talvez tenha explicação na própria base conceitual da historiografia da arquitetura moderna, que produz opções e, neste sentido, o que revela e o que oblitera. Mas antes de discutir essa importante questão, vale verificar quais são as obras, ou pelo menos algumas, aqui denominadas fundamentais, que o PAGE possibilitou, assim como os arquitetos que as projetaram.

O mesmo David Libeskind produziu para o PAGE uma obra muito significativa, o Fórum de Socorro. Mas há casos mais significativos. As obras paradigmáticas de Vilanova Artigas para a consecução da chamada "Escola Paulista", são do PAGE, a saber, os Ginásios de Itanhaém, Guarulhos e Utinga, este último inaugurado em 1968, junto com o Fórum de Promissão. A FAUUSP, também foi projetada durante o PAGE, inaugurada no mesmo ano de 1968. Os ginásios de autoria de Paulo Mendes da Rocha, em Campinas e São José dos Campos, além do Fórum de Avaré, inaugurado em 1961, também são do PAGE. Essas obras junto com outras, conformam o ideário arquitetônico e social da arquitetura da "escola paulista". Nelas uma grande estrutura de concreto, conforma todo o programa e propõem através da fruição espacial interior / exterior e da supremacia dos espaços coletivos sobre os ambientes de uso "especializado" – salas de aula, salas administrativas, etc – o edifício como um dispositivo de formação do sujeito para uma vida coletiva ativa, para uma vida democrática. Este pensamento, ao longo dos anos 1960, adquiriu legitimidade junto a uma parcela substantiva de arquitetos.

Mas naquele momento, outras concepções de escolas, fóruns, postos de saúde, além de outros equipamentos públicos foram projetados por arquitetos como, Abelardo de Souza, Abelardo Gomes de Abreu, Abelardo Reidy de Souza, Abrahão Sanovicz, Adolfo Ortemblat Filho, Adolpho Rubio Morales, Afonso Eduardo Reidy, Alberto David, Moreira Andrade, Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Ari de Queiroz Barros, Ariosto Mila, Arnaldo Furquim Paoliello, Arnaldo Grostein, Arthur Fajardo Netto, Ayako Nishikawa, Bernardes José Castelo Branco, Candido Malta Campos Filho, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Carlos Benvenuto Fongaro, Carlos Gomes e Cardim, Castelo Branco, Dante de Souza Pereira Autuori, Dario Monteano, David Araujo Benedito Ottoni, Décio Tozzi, Djalma Macedo Soares, Dora Aksenfeld, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Elisário Cunha Bahia, Eneas



Fernandes de Carvalho, Ernesto Varga Cardoso, Fábio Arantes S. Aquino Leme, Fábio Eduardo Kok de Sá Moreira, Fabio Moura Penteadó, Feitor Ferreira de Souza, Fernando Augusto Senna Arantes, Francisco A. Saraiva Farnniele, Francisco Petracco, Galjaro Clanpaglia, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gilberto Othoniel Toni, Gregório Zolko, Hamilton M. de Campos, Heinz Toland Weder, Heitor Ferreira de Souza, Hélio de Queiroz Duarte, Hélio Pasta, Hélio Penteadó, Helmut Hein, Henrique Signore Sadocco, Hernani Russo, Hirohiko Sawao, Hiroko Kawauchi, Hoover Américo Sampaio, Icaro de Castro Mello, Israel Galman, Jacob Maurício Ruchti, Jaguanhara de Toledo Ramos, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Janusz Wlodzimierz Wojdyslawski, Jarbas B. Karman, Jerônimo Esteves Bonilha, João Batista Alves Xavier, João Carlos Bross, João Clodomiro de Abreu, João Francisco Portilho de Andrade, João Marino, João Batista Vilanova Artigas, João Walter Toscano, João Xavier, Joaquim Guedes Sobrinho, Joel Ramalho Júnior, Jorge Nomura, Jorge Wilhelm, Jorge Zalszupin, José Caetano de Mello Filho, José Luiz Fleury de Oliveira, José Maria Gandolfo, José Maria Monfort, José Pinto, José Roberto Martins, Jose Silvestre Viana Egrecá, Julio José Franco Neves, Júlio Roberto Katinsky, Kurt Holland, Leo Ribeiro de Moraes, Lucio Grinover, Lucjan Korngold, Luis Fernandes A. Moraes, Luis Porto Netto, Luiz Contrucci, Luiz Forte Neto, Luiz Pessoa Ortiz, Majer Botkowski, Marc Rubin, Marcelo Accioly Fralli, Marcos Monlevará Tomanik, Mário Simons Barbosa, Mario Zocchio, Maurício Nogueira Lima, Maurício Tuck Schneider, Miranda Martinelli Magnolli, Nelson A.M. Morse, Nestor Linderberg, Ney de Carvalho Marcondes, Oscar Panzoldo, Oswaldo Arthur Bratke, Oswaldo Correa Gonçalves, Otacilio Rodrigues Lima, Paulo Eduardo Martins de Oliveira, Paulo Floriano de Toledo, Paulo Renan, Paulo Renan Nameda, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Plínio Croce, Renato Alessandri, Ricardo Sievers, Rita Olmo, Roberto Bratke, Roberto Cláudio dos Santos Aflalo, Roberto Gabriel Maurício Gontier, Roberto José Goulart Tibau, Roberto Monteiro, Rodolpho Ortemblad Filho, Rodrigues de Lima, Roger Henri Wailer, Roger Zmekhol, Romeu Thomé da Silva, Rodolpho Ortemblad Filho, Ronaldo Dumani, Rosa Grená Kliass, Rubens G. Carneiro Vianna, Rubens Cezar Madureira Cardieri, Rubens Monteiro, Salvador Candia, Sérgio Teperman, Setsuo Kamada, Sliógenes Vieira Negrão, Sliomar Selter, Teodoro Castro Mello, Ubaldo Carpigiani, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Ubirajara Mota Lima Ribeiro, Victor Reif, Walter S. Kneese, Wlademir Kliass, Zenon Lotufo, Zilah Terezinha Castrucci Tambasco.



As obras desses arquitetos estão distribuídas em cidades por todo o Estado: Adamantina, Águas de São Pedro, Agudos, Alto Alegre, Álvares Machado, Alto Alegre, Alvinlândia, Americana, Amparo, Andradina, Aparecida, Apiaí, Araçatuba, Araras, Artir Nogueira, Arujá, Assis, Atibaia, Auriflama, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Bocaina, Botucatu, Caçapava, Cachoeira Paulista, Ieras, Cajobi, Cajuru, Camoinas, Campos do Jordão, Candido Mota, Caraguatatuba, Cedral, Cerquilha, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchal, Cosmorama, Cunha, Dois Córregos, Dracena, Duatina, Estrela D'Oeste, Flórida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Galia, Graça, General Salgado, Guapiaçú, Guará, Guarujá, Guarulhos, Herculândia, Ibiúna, Icem, Iepe, Igarapava, Indaiatuba, núbia Paulista, Ipauçu, Iracemápolis, Irapuru, Itaberá, Itanhaém, Itapeerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itaporanga, Itaquaquecetuba, Itararé, Itariri, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Jacareí, Jaguariúna, Jundiaí, Laranjal Paulista, Lavínia, Leme, Lencóis Paulista, Limeira, Lorena, Lucélia, Macaubal, Marabá Paulista, Maracá, Marília, Mauá, Miracatú, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Muritinga do Sul, Nova Granada, Novo Horizonte, Ocaúçu, òleo, Orlândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Pacaembé, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Pedreira, Pereira Barreto, Pindorama, Piquete, Piracicaba, Pirajuí, Pirapozinho, Pirassununga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porongaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Promissão, Queluz, Quintana, Rancharia, Ribeirão dos Índícios, Ribeirão Pires, Rio Claro, Rio das Pedras, Sagres, Salesópolis, Salto Grande, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Mercedes, Santa Rosa do Viterbo, Santo Anátacio, Santo André, Santo Antonio da Posse, Santos, São Bernardo, São Caetano do Sul, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennúci, Suzano, Tanabi, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga.

A “escola paulista” pode a través do PAGE, ser difundida, mas várias outras linguagens arquitetônicas estiveram presentes nessa produção, que significou uma difusão excepcional da arquitetura moderna por todo o Estado, em um momento que o modernismo, com a inauguração de Brasília, parecia confirmar a avaliação de Mário Pedrosa de que o Brasil estava condenado ao moderno. Assim, como explicar a ausência dessa produção, de forma conjunta na



historiografia e se as obras de Artigas e Paulo Mendes da Rocha acabaram sendo conhecidas através dos seus autores, inúmeras permanecem desconhecidas.

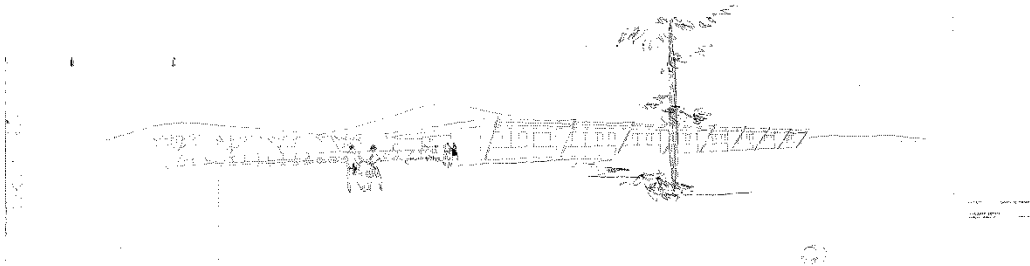


Figura 1: Ginásio de Itanhém, Arquiteto Vilanova Artigas, 1959. (Fonte: FAU-USP)



Figura 2: Ginásio de Guarulhos, Arquiteto Vilanova Artigas, 1960. (Imagem: Nelson Kon).

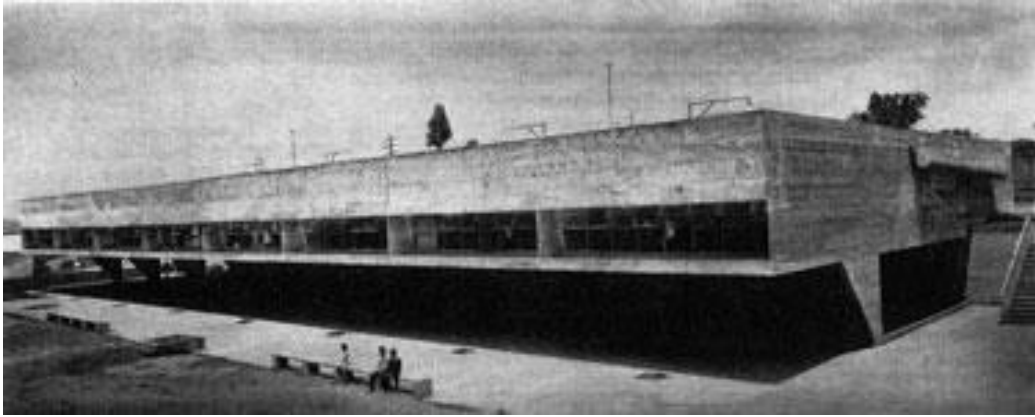


Figura 3: Ginásio de São José dos Campos, Arquiteto Paulo Mendes da Rocha, 1961. (Fonte: Revista Acrópole)



Figura 4: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / USP, Arquiteto Vilanova Artigas, 1961/1968. (Imagem: Nelson Kon)



Figura 5: Ginásio Estadual Monsenhor Bicudo, Marília, SP, Arquiteto Salvador Candia, 1962.

(Imagem: o autor)



Figura 6: Fórum de Justiça de Itapira, Arquiteto Joaquim Guedes, 1961. (Imagem: M.T.L.B. Cordido).

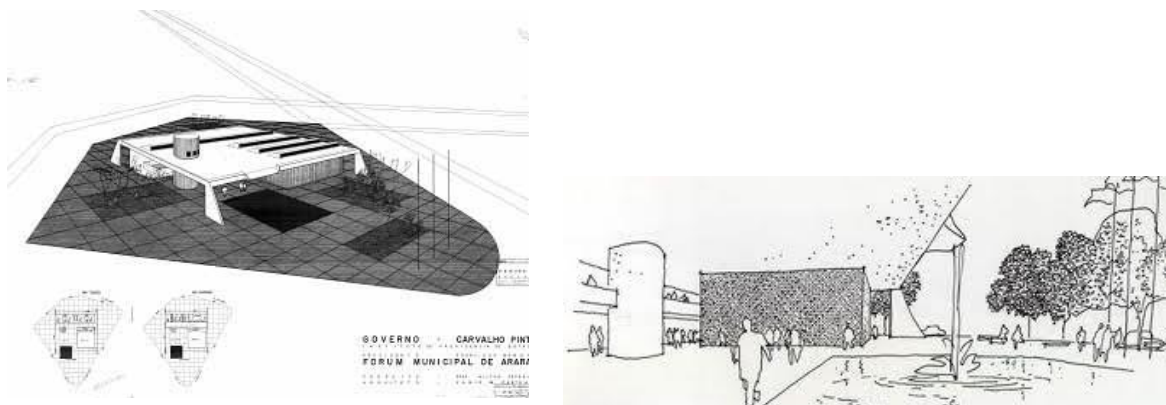


Figura 7: Fórum de Justiça de Araras, Arquiteto Fábio Penteadó, 1959. (Fonte: CPOS)

3. UMA HIPÓTESE PARA A OMISSÃO DO PLANO DE AÇÃO

O aqui denominado Sistema de Arte e Arquitetura Modernas, que nos anos 1950 e 1960 (adentrando nos anos 1970), foi amplamente hegemônico em termos culturais no Brasil, por força de sua ligação com o projeto desenvolvimentista secundarizava a produção moderna de cunho social, não a desconhecia, nem a rejeitava, mas tornava-a marginal no conjunto das obras modernas. O programa de cunho social que no plano internacional alicerçou o modernismo no seu início após a primeira guerra mundial, o de habitacional social, teve expressão no Brasil, principalmente através dos Institutos de Aposentadoria, entretanto, o reconhecimento pela historiografia de sua importância, entre nós, há apenas 15/20 anos desfruta de um reconhecimento maior. Antes, até pesquisas relativamente recentes, destacando-se a de Nabil Bonduki, essa produção era pouco analisada, afora os exemplos dos Conjuntos Habitacionais de Pedregulho e Gávea projetados por Afonso Eduardo Reydi. Vários outros conjuntos eram conhecidos, entretanto, a eles parecia faltar a qualidade de exemplares da cultura arquitetônica nacional, ou melhor, da linguagem moderna brasileira formulada a partir de Costa e a historiografia, frente a eles, calava-se.

É preciso dizer que não havia desconhecimento da dimensão social da arquitetura moderna, mas o caminho trilhado pela historiografia preferiu ressaltar a produção que privilegiava o desenvolvimento plástico das formas. Isso levou Max Bill, arquiteto de origem suíça e comprometido com uma concepção produtivista do modernismo, sendo diretor da nova



Bauhaus fundada em Ulm na Alemanha,¹ à condenar a arquitetura brasileira. O que entendia como necessário, pois o descompromisso social fundamentava aquilo pelo qual era admirada, a sua liberdade formal: “Aliás a arquitetura moderna brasileira padece um pouco deste amor ao inútil, ao simplesmente decorativo,”² distanciando os compromissos dessa arquitetura com os do modernismo.

Discorrendo sobre os arquitetos brasileiros e pensando a partir do que a historiografia oferecia como leitura da arquitetura brasileira, afirmou sobre os arquitetos brasileiros:

Para mim o mais importante deles é Afonso Reidy, o autor do Conjunto do Pedregulho. Muito aprecio também a obra de Lúcio Costa. Entretanto ao visitar o edifício por ele projetado no Parque Guinle, não pude deixar de perguntar: ‘Para quem foi projetado este prédio?’ Responderam-me que eram apartamentos de auto custo destinados a pessoas de nível econômico elevado. Acho um erro construir-se somente edifícios luxuosos quando existe o problema da habitação popular. (BILL, 1953)³

Para Niemeyer, a arquitetura moderna brasileira não poderia estar a serviço das necessidades da população, porque a sociedade, o governo e a estrutura política e econômica – enfim o capitalismo – assim não permitia. A saída para o arquiteto era a existência de um Plano Diretor que colocasse na ordem dia a resolução dos problemas sociais, só assim, a arquitetura poderia de fato alcançar uma dimensão social.⁴

Em uma perspectiva positiva, a sociedade apontava alguns caminhos de transformação, mesmo que um Plano Diretor, leia-se um governo democrático com um Plano de Desenvolvimento, não estivesse formulado. Entre realidade e perspectiva positiva, a historiografia, calcada no modelo de desenvolvimento, que um dia transformaria a Brasil agrário em Brasil urbano-industrial, estabeleceu seu roteiro. Este, sempre privilegiou as grandes obras públicas, onde o viés representativo do poder que seria o proponente e articulador da modernização podia ser melhor verificado. Desta forma, palácios e grandes edificações de órgãos governamentais parecem ter sido interpretados como mais apropriados ao vínculo entre

¹ Conhecida como Nova Bauhaus, ou Bauhaus de Ulm, o nome correto da instituição é Hochschule für Gestaltung, HfG, "Escola Superior da Forma", fundada em 1953 e fechada em 1968..

² Max Bill censura os Arquitetos Brasileiros. Entrevista a Flávio d’Aquino, in Arte em Revista no. 4, p. 50. Publicada originalmente na revista Manchete nº 60, sob o título Max Bill, o Inteligente Iconoclasta, em jun. 1953 e reproduzida em Habitat nº 12, em set. do mesmo ano.

³ Idem, ibidem, p. 50.

⁴ Ver NIEMEYER, Oscar - Problemas Atuais da Arquitetura Brasileira. In Módulo nº 3, p.19-27.



a arquitetura moderna e projeto de modernização do país. Nesta linha, as grandes residências da elite econômica também ganharam destaque. A modernização tinha como protagonista a elite urbana e não os trabalhadores, o compromisso com a modernização da mesma elite ficava estampado nas grandes residências modernas. Talvez isso pareça muito esquemático, ou mesmo doutrinário, mas é muito sintomático a ausência dos empreendimentos habitacionais no discurso historiográfico, ou a sua presença de forma pontual, sem a interpretação do contexto e dos principais agentes que contribuíram para sua consecução, como as equipes de arquitetos dos institutos de aposentadoria. O mesmo pode ser visto nas obras do PAGE, as escolas citadas, assim como os Fóruns, para ficarmos apenas nesses equipamentos sociais, são sempre associados exclusivamente à produção de seus autores, que parecem projetar à revelia do poder público, apesar de projetarem para o mesmo poder e contratados para tanto.

A contratação dos arquitetos modernos foi uma ação extremamente consciente por parte do governo Carvalho Pinto e não fruto de um descuido administrativo. Do ponto de vista estritamente técnico, ele não precisaria tê-lo feito, o Departamento de Obras Públicas [DOP] estava apto a projetar e construir as edificações. Mas o governo não queria transferir ao DOP o conjunto dos projetos, porque este praticava, ainda no final dos anos 1950, uma arquitetura eclética e o governo queria obras modernas. A fala de Plínio de Arruda Sampaio, chefe de gabinete de Carvalho Pinto e coordenador do PAGE, é esclarecedora:

(...) era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas, desse pessoal “craque”. Então eles todos... eu não me lembro de nenhuma discussão formal. Mas eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes, tinha maquete que era bonita. Então eu recebia muito telegrama, muito obrigado e “tal”.
(SAMPAIO, 2007)

Talvez o governo estivesse preocupado com a questão formal, da aparência moderna, mas os arquitetos não.

4. CONCLUSÃO

No quadro de opções da historiografia, O tema social compareceu durante algum tempo, como fundamento e impossibilidade na produção arquitetônica moderna brasileira.



Fundamento como promessa e impossibilidade, porque primeiro se precisaria desenvolver o país, para depois atender as necessidades da população.

Para os arquitetos modernos que projetaram para o PAGE, ou pelo menos para a sua grande maioria, a questão social era associada à discussão sobre a modificação da natureza dos espaços dos equipamentos públicos. Havia entre os arquitetos modernos, o entendimento de que os equipamentos públicos não incorporavam como deviam a noção de uso e utilização universal, necessário para uma verdadeira democracia. Refletindo sobre essa questão, a partir do seu projeto do Fórum de Araras para o PAGE Fábio Penteado, articulado às formulações de Artigas, afirmou:

O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade, onde ele é? Para quem que ele vai atender? Em Araras devia ter quinze mil habitantes. Também fui ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era a descrição que vi na época: um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde. Um prédio Vetusto. E acomodava no terreno, conforme o projeto vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigem. (...). (PENTEADO, 2007)

Para o arquiteto, frente a esta situação o cidadão comum via-se intimidado:

O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo, é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda que pode barrá-lo e ele pode não fazer nada, mas está lá relaxado, já maltratando pelo princípio de ser autoridade. (PENTEADO, 2007)

O Fórum poderia ser de outra extração social, além de permitir suas funções cotidianas, deveria servir de base para uma nova concepção. Tendo como premissa romper o “princípio de autoridade” e a hierarquia espacial que o Fórum tradicional projetava, favorecendo a apropriação do equipamento por parte dos cidadãos, Penteado propôs:

(...) um Fórum que não tivesse porta. A área era uma praça grande, tinha espaço. Então a idéia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão aguardava na sombra. (PENTEADO, 2007)

O projeto inscrevia-se no desejo de aliar o desenvolvimento à afirmação e ampliação da vida democrática no país. A dimensão pública era uma tarefa a ser completada na transição para uma verdadeira democracia. O Fórum, portanto, deveria ser entendido como um equipamento público, de uso público efetivo, sua relação com o espaço público externo, devia ser de



continuidade e não de restrição, a praça adentrava no Fórum, como a vida ativa deveria fazê-lo. Esta concepção de equipamento público norteou se não o conjunto da produção moderna dos edifícios do Plano de Ação a parte da produção que direta, ou indiretamente, era influenciada pelas ideias de Artigas e buscava um sentido político para a prática arquitetônica. Esta mesma concepção ditada por Penteadó, pode ser verificada no Fórum que Artigas projetou em Promissão e no de Paulo Mendes da Rocha para Avaré, além de ganharem vida nos ginásios projetados por esses e outros arquitetos.

Há um hiato que ainda necessita ser verificado. Com o Plano de Metas, o Plano Diretor que Niemeyer afirmava não existir, tornou-se para uma parte substantiva da esquerda e dos intelectuais uma realidade. Ou seja, em tese, haveria a possibilidade de alguma arquitetura social. Entretanto, entre o Plano de Metas e Brasília e o Plano de Ação e um conjunto de equipamentos sociais, novamente, a historiografia preferiu a divulgação de obras que dignificassem simbolicamente a nação. Talvez, para a história, e para a historiografia da arquitetura, o lugar de Carvalho Pinto, como um apoiador do “golpe militar de 1964” tenha prejudicado o Plano de Equipamentos Sociais de seu governo e sua leitura arquitetônica, ao contrário do lugar político ‘democrático’ que coube a Juscelino Kubitschek, também, após o golpe. De todo modo, passadas décadas, isso não mais se justifica.

Durante o regime militar, as críticas ao desenvolvimentismo brasileiro e seus rebatimentos no campo da construção civil nos anos 1960 trouxeram a discussão da função social do arquiteto, ou da arquitetura, para o centro dos debates e propiciou certa renovação do ideário moderno e a ascensão ao primeiro plano da produção arquitetônica de Artigas e da arquitetura que se desenvolveu principalmente a partir de suas obras. Mas a historiografia preferiu omitir o Plano que permitiu que essa produção ganhasse uma dimensão pública e traduziu-a na perspectiva exclusiva dos arquitetos autores, promovendo o desconhecimento de todo o processo. Além disso, ao reduzir as obras a alguns poucos arquitetos, produziu o desconhecimento do binômio quantidade/qualidade que marcou a produção do PAGE. Dezenas de cidades passaram a integrar o modernismo através das obras do PAGE, obras que marcaram e ainda marcam a paisagem urbana de muitas delas.



5. REFERÊNCIAS

- BILL, Max, Censura os Arquitetos Brasileiros. Entrevista a Flávio d'Aquino. *In: Arte em Revista* no. 4, São Paulo: Kairós, agosto 1980, p. 50-51.
- BUZZAR, M. A.; Simoni, Lucia N.; CORDIDO, Maria T. R. L. de B.. Pesquisa e Levantamento dos Processos Relativos aos Projetos e Obras dos Equipamentos Públicos Implementados pelo PAGE, gestão Carvalho Pinto (1959-1963), no Arquivo - IPESP. *In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO-ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO*, 2008, B. Horizonte. Anais Sem. Latino-Americano Arquitetura & Documentação, 2008. v. único. p. 1-20.
- CORDIDO, M. T.R. L. de B. *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo*, São Carlos, mimeo, 2007.
- COSTA, Lúcio - *Sobre Arquitetura*, Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários da Arquitetura, 1962.
- FERREIRA, Carlos A. Martins - *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1987, mimeo..
- NIEMEYER, Oscar - Problemas Atuais da Arquitetura Brasileira. *In* Módulo nº 3, Rio de Janeiro: *Avenir*, dez. 1955, p.19-27.
- PINTO, Carvalho, 1961, Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961, São Paulo, Decretos e Relatórios, São Paulo, Imprensa Oficial.
- S/A, Estado de São Paulo, 1959, Plano de Ação do Govêrno- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social, São Paulo, *Imprensa Oficial do Estado*.

ENTREVISTAS

- PENTEADO, F. M., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).
- SAMPAIO, P. de A., 2007 - Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea (ArtArqBr).